



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006020-53.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo**
Requerente: **SEGREDO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO SS ME**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que tinha débito perante a ré pela utilização de serviços de linha telefônica, o que rendeu ensejo à sua inserção junto a órgãos de proteção ao crédito.

Alegou ainda que essa dívida foi quitada e, não obstante, a negativação persistiu.

A ré, a seu turno, esclareceu em contestação que não localizou o pagamento aludido pela autora.

O documento de fl. 09 cristaliza a fatura objeto da discussão travada, ao passo que o comprovante de fl. 10 demonstra o seu pagamento.

O argumento de que a ré não localizou esse pagamento não a beneficia, porquanto estão presentes todos os elementos necessários para que ela promovesse a apuração pertinente ao assunto.

Já a alegação da subtração do código de barras da fatura de fl. 09 igualmente não favorece a ré, tendo em vista que à evidência ela dispõe de estrutura para localizar tal parâmetro e compará-lo com os dados inseridos no documento de fl. 10.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Se não o fez, bem como não suscitou dúvida concreta a propósito da quitação apontada pela autora, a conclusão que se impõe é a de que se reconhece a efetivação desta.

Em consequência, prospera a pretensão deduzida para que se proclame a inexistência do débito noticiado e se exclua definitivamente a negativação dele derivada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência do débito tratado nos autos, no importe de R\$ 256,59, e para determinar a exclusão da negativação decorrente do mesmo.

Torno definitiva a decisão de fl. 22.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**